

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.869.579 - CE (2020/0077885-5)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : FRANCISCA SOUSA DA SILVA**  
**ADVOGADO : MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA - PB004007**  
**RECORRIDO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado por **Francisca Sousa da Silva** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 74):

*PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. EXTINÇÃO. PRESCRIÇÃO. INCIDÊNCIA. SÚMULA 150 DO STJ. APELAÇÃO IMPROVIDA.*

*1. O magistrado de primeiro grau houve por bem declarar extinta a execução, valendo-se do entendimento de que o direito ao recebimento dos valores exequendos estaria fulminado pela prescrição, nos termos art. 487, II, c/c art. 925, ambos do CPC/2015.*

*2. Narram os fólios processuais que o título judicial é oriundo do Proc. nº 0033988-83.2000.4.05.8100 que declarou ser a autora/apelante parte legítima para figurar no polo ativo daquele processo, para fins de recebimento dos valores a que faz jus, depositados em razão do reajuste de vencimento de 28,86% reconhecido aos servidores públicos federais e respectivos pensionistas, por força da Medida Provisória nº 1.904/99, depositados em nome da pensionista falecida Geralda Alves de Souza.*

*3. Hipótese em que o título judicial data de 01/12/2008, sendo a parte autora, logo em seguida, intimada para requerer o que fosse do seu interesse em 12/12/2008. Com o silêncio da exequente, o juízo da execução, em 12/03/2009, determinou o arquivamento dos autos (id. 4058100.14584295). Por sua vez, o ajuizamento do cumprimento da obrigação de fazer (liberação de alvará judicial) ocorreu apenas em 21 de janeiro de 2019 (id. 4058100.14584292).*

*4. De mais a mais, vale ressaltar que não há nos autos qualquer prova a contribuir com a assertiva da exequente/apelante quanto à existência de precatório/requisitório já expedido em seu favor, vale dizer, não se desincumbiu de ônus que era seu, nos termos do art. 333, I, do CPC, com correspondente no art. 373, I, do CPC de 2015.*

*5. Traçado tal panorama, constata-se que não merece retoque a fundamentação adotada no decisum impugnado, tendo em vista*

*que a exequente deu início ao cumprimento de sentença após decorridos mais de 9 (nove) anos do arquivamento dos autos, atraindo, de conseguinte, a incidência lustró prescricional.*

*Relevante advertir que não há notícia de qualquer interrupção/suspensão do referido prazo. Aliás, não se pode perder de vista a orientação sumulada do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a execução prescreve no mesmo prazo da ação (Súmula nº 150).*

*6. Apelação a que se nega provimento .*

A parte recorrente aponta violação ao art. 205 do Código Civil. Sustenta, em síntese, a não ocorrência de prescrição, sob a alegação de que *"a recorrente foi intimada para requerer o que entendesse devido através de decisão publicada em 10/02/2009 e o processo foi arquivado em 12/03/2009. (...) Deste modo, caso V. Exa. entenda aplicável eventual prazo prescricional para recebimento dos valores provenientes da presente ação de Alvará, deve ser aplicado ao presente caso o prazo prescricional decenal, previsto no art. 205 do Código Civil."* (fl. 87)

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Verifica-se que o Tribunal de origem manteve o entendimento de ocorrência da prescrição da execução com base na seguinte fundamentação (fl. 73):

*É de se ver que o título judicial é oriundo do Proc. nº 0033988-83.2000.4.05.8100 que declarou ser a autora/apelante parte legítima para figurar no polo ativo daquele processo, para fins de recebimento dos valores a que faz jus, depositados em razão do reajuste de vencimento de 28,86% reconhecido aos servidores públicos federais e respectivos pensionistas, por força da Medida Provisória nº 1.904/99, depositados em nome da pensionista falecida Geralda Alves de Souza.*

*Feitas essas considerações, verifica-se dos documentos acostado aos autos que o título judicial data de , sendo a parte autora, logo em seguida, intimada para requerer o que fosse do seu 01/12/2008 interesse em Com o silêncio da exequente, o juízo da execução, em , determinou 12/12/2008. 12/03/2009 o arquivamento dos autos (id. 4058100.14584295). Por sua vez, o ajuizamento do cumprimento da obrigação de fazer (liberação de alvará judicial) ocorreu apenas em (id. 21 de janeiro de 2019 4058100.14584292).*

*De mais a mais, vale ressaltar que não há nos autos qualquer prova a contribuir com a assertiva da exequente/apelante quanto à existência de precatório/requisitório já expedido em seu favor, vale dizer, não se desincumbiu de ônus que era seu, nos termos*

*do art. 333, I, do CPC, com correspondente no art. 373, I, do CPC de 2015.*

*Traçado tal panorama, reputo que não merece retoque a fundamentação adotada no decisum impugnado, tendo em vista que a exequente deu início ao cumprimento de sentença após decorridos mais de 9 (nove) anos do arquivamento dos autos, atraindo, de conseguinte, a incidência lustru prescricional.*

*Relevante advertir que não há notícia de qualquer interrupção/suspensão do referido prazo. Aliás, não se pode perder de vista a orientação sumulada do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a execução prescreve no mesmo prazo da ação (Súmula nº 150).*

Diante desse contexto, constata-se que a inversão da conclusão adotada pela Corte de origem, tal como postulada nas razões do apelo especial, exigiria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial a teor da Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. SÚMULA 283/STF.**

*1. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, quanto à efetiva ocorrência de prescrição da pretensão executória, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.*

*2. Ademais, incide o óbice previsto na Súmula 283 do STF, ante a ausência de impugnação de fundamentos basilares do acórdão recorrido.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

**(AgInt no REsp 1516412/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018)**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO DEMONSTRADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.**

*1. Hipótese em que o Tribunal local consignou (fl. 764, e-STJ): "Assim, considerando o trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento interposto pelo*

*ASSIBGE em 24/04/2014 (AI 2013.02.01.004990-5, Rel. Des. Federal Guilherme Couto), e o ajuizamento da ação de execução, ora embargada, em 27/01/2015, não há que se falar em prescrição da pretensão executória".*

*2. Não se conhece de Recurso Especial em relação à ofensa ao art.*

*1.022 do CPC/2015 quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.*

*3. Para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.*

*4. Recurso Especial não conhecido.*

**(REsp 1726458/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 25/05/2018)**

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator